



Transparência na Administração Pública: uma Revisão de Escopo

MARIA CRISTINA MARQUES

Universidade Federal de Rondônia

ERASMO MOREIRA DE CARVALHO

Universidade Federal de Rondônia

OSMAR SIENA

Universidade Federal de Rondônia

Resumo

Os estudos sobre transparência na administração pública tem ganhado destaque e vem sendo tema recorrente na agenda dos pesquisadores. Este artigo utiliza da estratégia de revisão de escopo para responder a seguinte questão de pesquisa: quais as características da pesquisa científica sobre transparência na administração pública encontradas na literatura nacional e internacional. Ele revisa as pesquisas que abordam o tema publicados entre 2012 e 2021 nas bases internacionais *Scopus* e *ISI Web of Science* e na base nacional SPELL. Se diferencia de outras revisões já publicadas, por abordar o tema a partir de uma revisão de escopo, além de considerar elegíveis artigos sobre disclosure e acesso à informação, somado a uma análise comparativa das publicações nas bases internacionais e nacionais no período. A consulta resultou em 122 artigos elegidos em língua inglesa e 45 em português que compõem este trabalho. Os resultados evidenciam que nas bases internacionais há um crescimento significativo da produção científica nos últimos 10 anos, que os pesquisadores tem dado preferência a utilização do método quantitativo, e os estudos avançam para avaliar transparência como explicação de outros fenômenos a exemplo de confiança no governo e corrupção; já os artigos elegidos da base SPELL não há prevalência entre estudos quantitativos e qualitativos e também há um foco para avaliar transparência fiscal em governos locais e entes federativos no Brasil; por fim, este trabalho reuniu as principais variáveis dependentes, independentes e de controle que estão sendo utilizadas e novas taxonomias para transparência.

Palavras-chave: transparência, revisão de escopo, *disclosure*.



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

1 INTRODUÇÃO

As pesquisas sobre transparência pública têm ganhado relevância significativa na literatura científica e tem sido um dos temas prioritários na agenda dos pesquisadores em administração pública (Mabillard, Kakpovi & Cottier, 2020). São diversas as perspectivas de transparência estudadas, dentre elas estão - estudos de transparência em governos, municípios e instituições (Keuffer & Mabillard, 2020; Cruz, Michener & Andretti, 2021), disclosure, transparência financeira e intersecção com fatores de combate a corrupção ou anticorrupção (Heald & Hodges, 2018; Montañés, Yetano & García-Lacalle, 2020; Shkolnyk, et al., 2020; Mnif & Gafsi, 2020; Torres & Garcia-Lacalle, 2021), formulação e implementação de políticas de transparência (da Cunha, Yokomizo & Bonacim, 2013; Rothberg, Liberato, 2013; de Miranda & Zaganelli, 2017; Michener, 2018; Guimarães, 2019; Luciano, Wiedenhof & dos Santos, 2018), acesso à informação pelos usuários dos serviços públicos e discussões em torno das leis e normas que abordam essa garantia (Araujo e Silva & Carmo Mário, 2016; Coelho, et al., 2018), além da própria discussão sobre o conceito e as taxonomias que estão relacionadas à transparência (Rodrigues, 2020; Zuccolotto, Teixeira & Riccio, 2015).

Em estudo de revisão sobre os conceitos de transparência Zuccolotto, Teixeira & Riccio, (2015) defendem que ainda se trata de um conceito fluído relacionado ao fluxo das informações, que se centram no acesso às informações pelas partes interessadas. Nessa perspectiva têm-se que, transparência vertical é hierárquica, no qual um superior monitora um subordinado ou vice-versa e transparência horizontal ocorre quando observadores podem observar o que ocorre numa organização ou quando o agente interno observa o que ocorre fora da organização (Heald, 2006).

Cucciniello, Porumbescu & Grimmelikhuijsen (2017), acrescentam que outro ponto que vem sendo referendado na literatura para definir transparência é quanto à disponibilidade de informações de processos decisórios, questões fiscais e orçamentárias, operacionais e de desempenho governamental.

A transparência tem sido vista como meio dos governos e órgãos públicos alcançarem resultados quanto a legitimidade, participação cidadã, confiança no governo, prestação de contas, menor corrupção, tomada de decisão, gestão financeira, bem como um atributo para melhor o desempenho institucional (Prat, 2005; Lorenzo, 2015; Porumbescu, 2015).

Em um estudo de revisão sistemática da literatura, Cucciniello, Porumbescu & Grimmelikhuijsen (2017), sobre transparência governamental no período de 1990 a 2015, foi identificado um déficit de estudos com foco em contextos organizacionais na América Latina, Ásia e África e a necessidade de aplicar e replicar estudos em diversos contextos administrativos, bem como a necessidade de foco na avaliação de transparência para verificar onde e como funciona. Outro ponto que cabe deixar anotado é que a revisão sistemática destes autores não abordou as categorias de acesso à informação e disclosure no seu corpus de estudo, lacuna na qual o presente trabalho pretende atuar, por considerar aqui disclosure e acesso à informação como dimensões ou categorias de transparência.

Willians (2008) define disclosure corporativo como quaisquer variedades de divulgação pública proposital – financeira, ambiental, sociais, dentre outras – sendo as informações obrigatórias ou voluntárias e os dados qualitativos ou quantitativos, ressalta que essas informações estão envoltas numa perspectiva de desempenho institucional e/ou tomada de decisão estratégica, e relacionais com os stakeholders.

Por sua vez, o acesso à informação, está relacionado a obrigações impostas por leis de garantia de direito de acesso à informação pública que são vistas em diversos países do mundo, impondo uma série de deveres aos órgãos e instituições públicas que facilitam o



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

acesso por parte dos usuários de dados institucionais e outras de seu interesse (Araujo e Silva & Carmo Mário, 2016; Coelho, et al., 2018).

Esta revisão de escopo se diferencia de outras revisões, primeiramente pela abrangência, visto que objetiva observar de forma mais geral como tem sido os estudos na literatura científica nos últimos anos, incluindo como elegíveis artigos relacionados a disclosure e acesso à informação, ainda não contemplados por outras pesquisas, e pelo período que se estende até 2021, tendo uma cobertura mais recente sobre a evolução dos estudos de transparência pública em artigos em língua inglesa e português do Brasil. Portanto, o objetivo desta pesquisa foi por meio de uma revisão de escopo revisar a literatura nacional e internacional sobre transparência na administração pública no período de 2012 a 2021, com destaque para compilar as principais variáveis que têm sido utilizadas e novas taxonomias de transparência.

2 MÉTODO

Este trabalho busca responder a questão de pesquisas por meio de uma revisão de escopo, sendo que as características desta estratégia de pesquisa, são – visão mais abrangente dos estudos e de um período mais recente, aqui considerado os últimos dez anos - além de compreender procedimentos explícitos e com rigor (Cooper, 2010), e permitir a sua replicação (Tranfield, Denyer & Smart, 2003), o que se adequa ao objeto desta pesquisa. Ainda, a revisão de escopo se diferencia da revisão sistemática, pois ao contrário da primeira, é uma forma de mapear os conceitos-chave que sustentam uma área de pesquisa, e são particularmente úteis para reunir literatura em disciplinas com evidências emergentes (Peters, et al., 2015).

Para estruturar este estudo foi utilizado como parâmetro passos baseados no protocolo Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews – PRISMA/ScR, que são: formulação da pergunta de pesquisa, localização dos estudos, avaliação crítica dos estudos, coleta dos dados, análise e interpretação dos dados, aprimoramento e atualização da revisão.

Para identificar os artigos elegíveis foram utilizados os bancos de dados online de duas bases internacionais, a ISI Web of Science e Scopus e uma base nacional do Brasil, a SPELL. As buscas nas duas bases internacionais foram realizadas com o termo *transparency* combinado com o operador booleano and a *"public sector" or "public administration"* em língua inglesa, consultando título, resumo ou palavras-chave concomitantemente; e, na base SPELL, de língua portuguesa, com - transparência combinado com “e” a “administração pública ou setor público”, consultando apenas título. Aqui, cabe justificar o motivo da pesquisa na base SPELL ter sido apenas nos títulos, impossibilidade técnica de operacionalização de pesquisa combinada em uma única consulta conjuntamente de título, resumo e palavras-chave, visto que a base não permite esse tipo de operação.

Outrossim, justifica-se a não utilização da combinação de termos como “transparência no governo”, “governo transparente”, “acesso à informação” e disclosure na busca inicial nas bases para não reduzir substancialmente o número de artigos e, principalmente, não perder artigos importantes pertinentes ao tema.

Quanto as bases escolhidas para esta revisão de escopo, se deram por (i) as bases internacionais escolhidas por serem abrangentes na área de administração e contabilidade, principalmente por compilar revistas importantes do cenário mundial em administração pública e; (ii), a base nacional escolhida, por ser a principal compiladora dos principais periódicos brasileiros na área de administração e contabilidade. Ainda cabe ressaltar que a



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

escolha dos termos de busca ocorreu após várias tentativas, sendo que os escolhidos foram os que propiciaram um maior número de retorno de artigos, o que vai ao encontro do propósito da revisão de escopo, que busca uma visão mais abrangente, sendo que os termos utilizados permitiram também recepcionar artigos de disclosure e acesso à informação, que são considerados dimensões de transparência neste trabalho.

A consulta nas bases Scopus e Web of Science resultou inicialmente 1.975 artigos na base Scopus e 1.813 estudos na base Web of Science. Aplicados os primeiros critérios de elegibilidade ainda nas bases – apenas artigos completos, língua inglesa, período temporal de 2012 a 2021 – resultou em 781 artigos na base Scopus e 893 artigos da base Web of Science. Em continuidade, os artigos foram exportados e abertos utilizando o software Excel, compilado as duas bases e após primeira análise foram excluídos 457 duplicados, restando 1.217 artigos. A próxima fase consistiu em aplicação de dois critérios de elegibilidade concomitantemente – inclusão ou exclusão pela leitura dos títulos, considerando aqui a pertinência ou não ao tema, e pela qualidade dos periódicos, sendo considerados elegíveis apenas os com JCR igual ou superior 0,7 ou, se revistas nacionais, com QUALIS A1 a B1. Após esta fase restaram 162 artigos elegíveis para leitura de título, resumo e palavras-chave, sendo que após finalizar esta etapa, restaram 122 artigos que compuseram o conjunto de dados de artigos internacionais em língua inglesa. A última busca nas bases Scopus e Web Of Science foi realizada em 15/12/2021.

Ressalta-se que o período de seleção dos artigos entre 2012-2021 inicialmente teve intenção de capturar a literatura mais recente sobre o tema, o que se adequa a proposta de revisão de escopo, bem como pelo fato de que o presente estudo não ter alcançado, recentemente, revisões de escopo sobre o tema que englobem esse período com seleção de artigos em língua inglesa e portuguesa. Já os descritores de busca foram escolhidos após leitura preliminar de artigos das bases selecionadas para busca e verificação que eram os mais utilizados para tratar do tema, bem como verificação através de testes de buscas que as combinações utilizadas retornaram o maior número de material.

Em continuidade, na busca junto a base SPELL, para a seleção de artigos em português de periódicos do Brasil, a busca por título resultou em 164 artigos, excluídos os em duplicidade, os que não eram artigos completos, em outras línguas, e após seleção entre os Qualis B1 a A1 resultaram 45 artigos elegidos para leitura completa. A última busca na base SPELL foi realizada em 15/12/2022.

A análise dos resultados foram feitas em dois blocos, o primeiro composto pela reunião dos artigos elegidos das bases SCOPUS e Web Of Science e o segundo dos artigos elegidos da base brasileira SPELL, o motivo dessa divisão é que este trabalho faz parte das pesquisas de mestrado de um dos autores, havia uma necessidade de estruturar as pesquisas pelas bases nacional e internacionais, de modo a identificar os principais pontos de convergência e eventuais especificidades das pesquisas de transparência na administração pública nesses contextos diversos. Há uma parte de técnica quantitativa de análise de dados por distribuição de frequências quanto as certas categorias empíricas analisadas (exemplo, distribuição temporal dos artigos; distribuição por métodos utilizados) e uma fase qualitativa por tematização quanto a outras dimensões dos achados (exemplo, novas taxonomias de transparência, os 10 artigos mais citados do Google Scholar).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, será inicialmente proposta uma caracterização geral dos artigos que compõem o bloco de literatura internacional de transparência em administração pública, totalizando 122 trabalhos que foram elegidos das bases Scopus e Web Of Science e 45 artigos

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

do bloco dos artigos elegidos da base nacional *SPELL*, considerando - descrições temporais, metodológicas, periódicos e pesquisadores, seguidas da proposição de algumas categorias para os artigos das bases internacionais e nacional – teorias que estão sendo utilizadas nos estudos de transparência, variáveis utilizadas, novas taxionomias para transparência.

i) descrição do *corpus* da literatura revisada internacional e nacional revisadas

A figura 1 revela um crescimento das publicações sobre transparência na administração pública nos últimos 5 anos na literatura em língua inglesa, sendo que o período de 2017-2021, teve quase o dobro das publicações do período de 2012-2016, com a ressalva que no ano de 2021, as pesquisas nas bases se encerraram no mês de dezembro. Esse achado corrobora com os achados de Cucciniello, Porumbescu & Grimmelikhuijsen (2017), que apontaram um interesse maior do campo científico a partir de 2011, sendo que o período de sua pesquisa foi de 1990-2015, e também denota que o campo continua em expansão e consolidação.

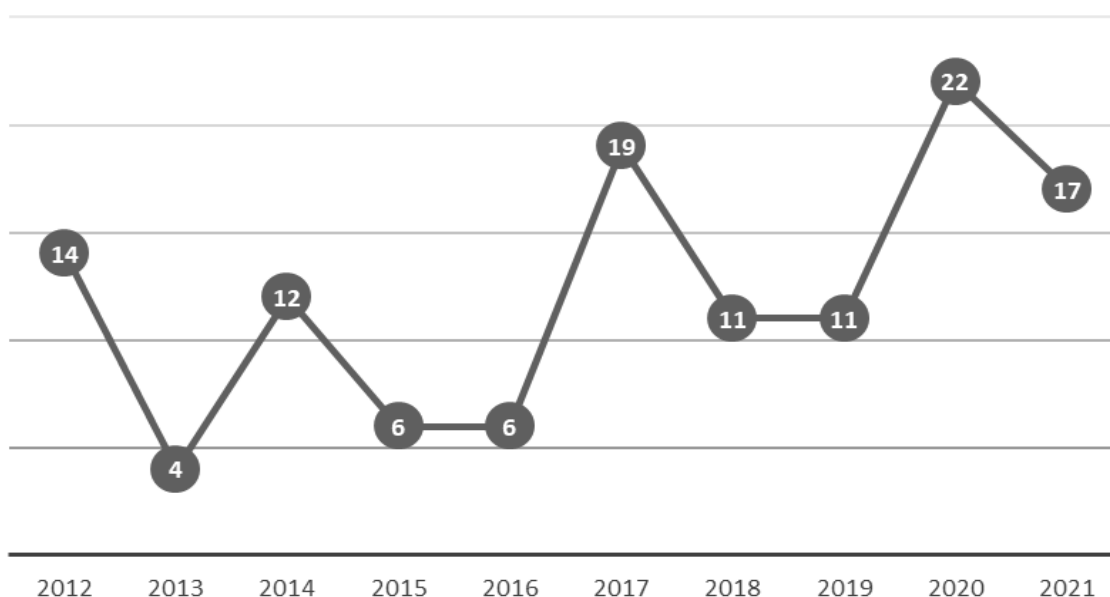


Figura 1 – Pesquisa sobre transparência por ano, *Scopus* e *Web Of Science*, 2012-2021

Pela figura 2, observa-se que quanto aos aspectos metodológicos, sobressaem a utilização do método quantitativo, em oposição aos achados de Cucciniello, Porumbescu & Grimmelikhuijsen (2017), que na ocasião verificaram percentual similares entre pesquisas quanti e quali, mostrando uma alteração da utilização dos métodos de pesquisa nos últimos 05 anos. Dos 122 artigos que compõem o bloco de pesquisa de artigos em língua inglesa, 65 são quantitativos, 35 qualitativos, 09 utilizam método mistos e 13 são estudos do tipo ensaios teóricos. Nas pesquisas qualitativas sobressai a utilização das técnicas de entrevistas, com 16, seguida pela Análise de Conteúdo – AC, com 6 trabalhos. Já os que utilizam do método quantitativo, das variedades de estatísticas sobressai a utilização da regressão, sendo utilizados vários dos seus subtipos, como linear, linear múltipla, dados em painel, tobit, testes não paramétrica, regressão logística binária.

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

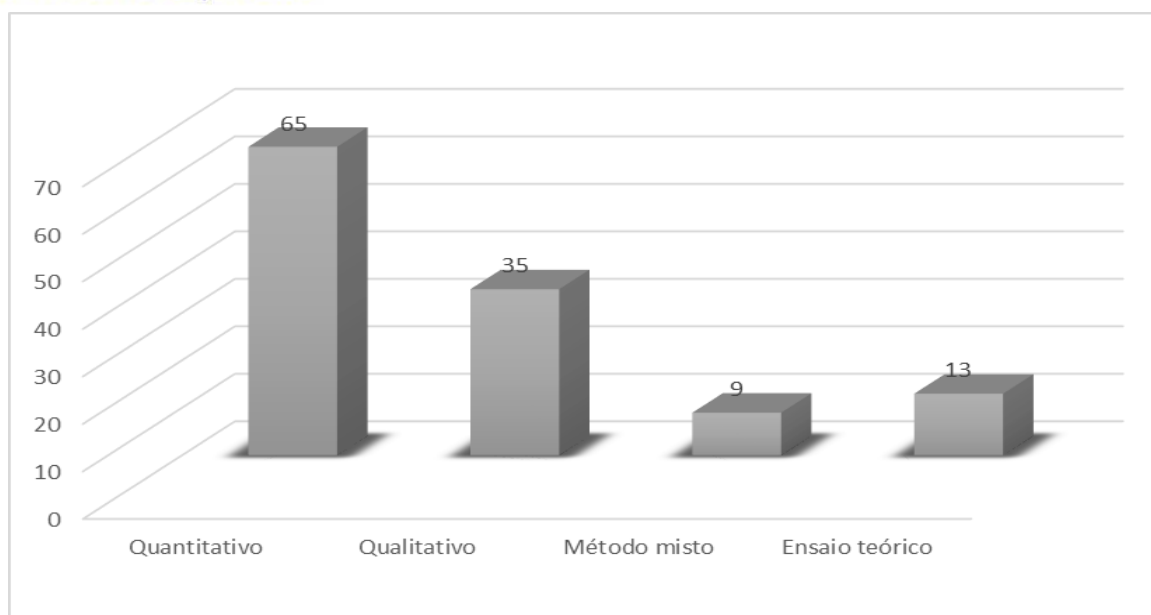


Figura 2 – Descrição das pesquisas pelo método, Scopus e Web Of Science, 2012-2021

Há no campo de pesquisa de transparência internacional alguns autores consolidados, como exemplos influentes, este trabalho identificou os 5 mais recorrentes: Grimmlikhuijsen com 06 publicações, como exemplo da atuação, com estudos o em áreas como efeitos da transparência, transparência digital ou mediada por computador; Porumbescu com 4 artigos publicados, dentre suas pesquisas encontra-se política de transparência e transparência nas políticas, transparência como promotora de compreensão e conformidade, relacional entre transparência e confiança no governo; Meijer, Bauhr e Michener, ambos com 3 publicações cada, sendo áreas de pesquisas encontradas como exemplos, respectivamente, a relação entre privacidade, dados abertos e transparência e compreensão da dinâmica de transparência; transparência como antídoto para a corrupção e determinantes de transparência na melhoria dos serviços públicos; resultados de transparência interna de governos e política de transparência.

Do grupo dos artigos das bases internacionais, outro assunto de destaque são as pesquisas sobre disclosure, como uma categoria de transparência, envolvendo estudos na área fiscal, mas também na área ambiental (Martani, Nastiti & Wicaksono, 2014; García-Tabuyo, Saez-Martin & Caba-Perez, 2017).

Outro ponto identificado é que 3 desses pesquisados possuem também os artigos mais citados, conforme referenciado na tabela 1. Já em relação aos periódicos, 05 jornais respondem a quase 40% dos artigos publicados no período sobre transparência administrativa, sendo *Public Administration Review* – 13; *Public Administration* – 10; *American Review of Public Administration* – 10; *International Review of Administrative Sciences* -8; *Government Information Quarterly* - 6. Os 10 artigos mais citados no *google scholar* estão listados na tabela 1, a última consulta foi realizada em 15/12/2021.

Outrossim, pela análise do bloco dos 45 artigos selecionados da base SPELL, em língua portuguesa do Brasil, fica evidente um crescimento das pesquisas de transparência, principalmente a partir de 2018, ano que teve o maior número de artigos publicados em periódicos B1 a A1 com o total de 11 artigos, como observa-se na figura 3, abaixo:

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

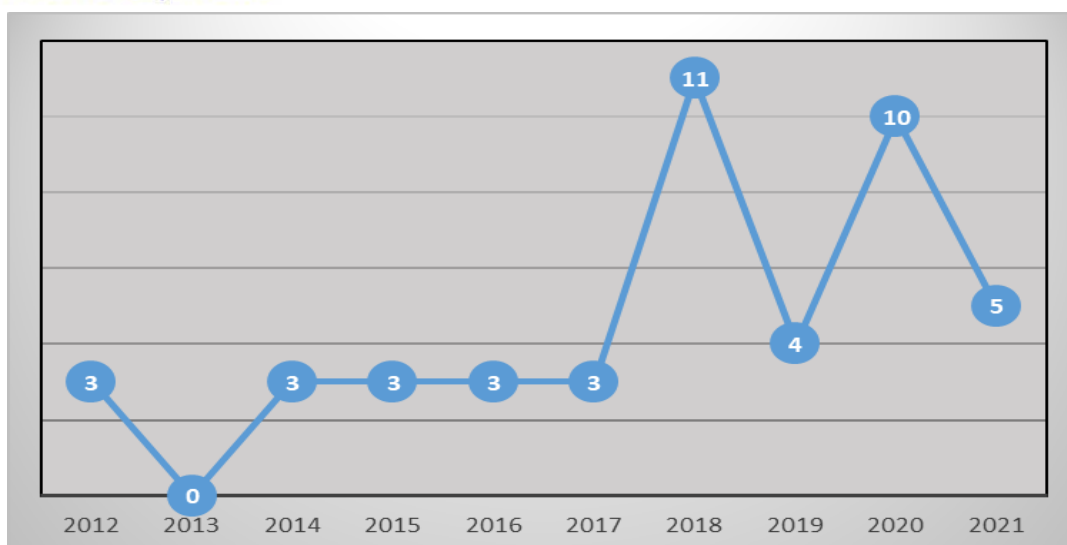


Figura 3 – Pesquisa sobre transparência por ano de publicação, SPELL, 2012-2021

A figura 3 ainda denota um comportamento diferente da pesquisa sobre transparência nos periódicos nacionais divulgados na base SPELL, daqueles observados nas bases internacionais SCOPUS e WEB OF SCIENCE, apesar de haver um crescimento substancial nas publicações dos últimos 05 anos, no Brasil, este crescimento é mais tardio, havendo dois esforços temporais mais consistentes, sendo o primeiro em 2018 e o segundo em 2020. Há uma predominância de periódicos das áreas de administração e contabilidade na publicação de artigos sobre transparência, sendo os com mais destaque, Revista Administração Pública e Gestão Social com 08 artigos publicados; Cadernos EBAPE.BR, Revista Contemporânea de Contabilidade, ambos com 04 publicações cada.

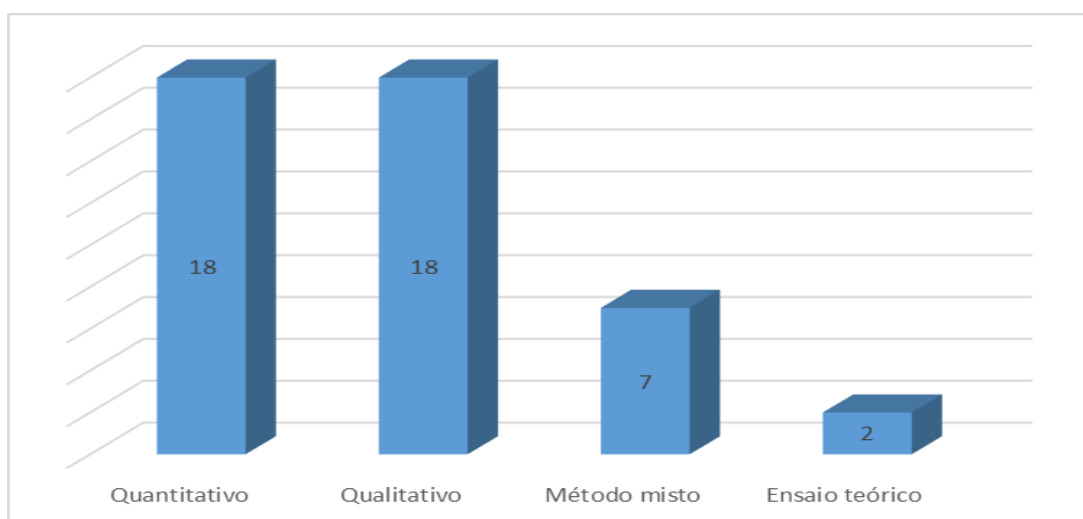


Figura 4 – Descrição da pesquisa pelo método utilizado, SPELL, 2012-2021

Na observação dos principais métodos utilizados, no Brasil - figura 4 - vê-se que ainda há uma utilização sem predominância entre pesquisas qualitativas e quantitativas, ao contrário da prevalência do método quantitativo que se observa na figura 2 nas bases internacionais.

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

Outro ponto a se destacar das publicações compiladas na base SPELL, é que já pode se observar alguns autores recorrentes em estudos sobre o tema, com destaque para Robson Zuccolotto com 07 artigos publicados e Fabiano Maury Raupp, com 04 publicações no período da pesquisa. Outro destaque destas publicações é para transparência fiscal/orçamentária, e pesquisas em municípios, diferente das publicações internacionais que tem um escopo mais variado. A leitura do textos permite, em uma análise comparativa, inferir que as pesquisas nacionais ainda são insipientes para estudos na área de disclosure, percepção dos usuários do serviço público sobre transparência, transparência enquanto uma variável explicativa para menor corrupção e confiança no governo, e estudos que envolvam aplicação/avaliação para órgãos do judiciário e legislativo e outros setores particulares do executivo.

ii -Teorias utilizadas nas pesquisas de transparência

Da análise dos artigos das bases internacionais, observa-se que uma parte considerável dos artigos não abordam expressamente nenhuma teoria como base para discutir transparência (51). Nos 71 artigos que decalram uma teoria expressamente, foi feito uma análise mais aprofundada, sendo que ao final, resultou em 36 teorias utilizadas nos trabalhos, dentre elas observa-se um destaque para a teoria da agência, utilizada em 17 trabalhos, destes principalmente relacionados a estudos sobre disclosure, transparência fiscal e orçamentária.

Já a teoria dos stakeholder ou das partes interessadas foi encontrada em 12 trabalhos, com destaque para pesquisa sobre percepção de transparência pelos usuários. Outra teoria utilizada com alguma frequência é a institucional, com as suas vertentes neo-institucional, isomórfica, utilizada por 08 trabalhos, sendo utilizada em estudos por exemplo de transparência como forma de melhorar a eficiência institucional e disclosure ambiental e socioambiental; em mesma quantidade foram encontrados os trabalhos que utilizaram da teoria da legitimidade, como exemplo de estudos que abordou essa teoria, cita-se disclosure em instituições governamentais, como universidades e pesquisas relacionadas a transparência em decorrência de leis, como é o caso das leis de acesso à informação.

A situação quanto ao uso de teorias na amostra nacional ainda é ínfima. Dos artigos publicados no Brasil a grande maioria, 32 artigos dos 45 estudados, não apresentaram declaradamente nenhuma teoria. Isso denota que as publicações nos periódicos brasileiros ainda carecem de uma atenção ao corpo teórico nas pesquisas de transparência na administração pública.

Tabela 1 – Os 10 artigos mais citados segundo Google Scholar, em 2021.

Autores	Título	Num. Citações*	Ano	Revista

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

Grimmelikhuijsen S.G. & Meijer A.J.	Effects of transparency on the perceived trustworthiness of a government organization: evidence from an online experiment	409	2014	Journal of Public Administration Research and Theory
De Fine Licht J., Naurin D., Esaiasson P. & Gilljam M.	When Does Transparency Generate Legitimacy? Experimenting on a Context-Bound Relationship	185	2014	Governance- An International Journal of Policy and Administration
Grimmelikhuijsen S., Porumbescu G., Hong B. & Im T.	The effect of transparency on trust in government: A cross-national comparative experiment	455	2013	Public Administration Review
Meijer A.	Understanding the Complex Dynamics of Transparency	390	2013	Public administration Review
García-Sánchez I.-M., Frías-Aceituno J.-V. & Rodríguez-Domínguez L.	Determinants of corporate social disclosure in Spanish local governments	231	2013	Journal of Cleaner Production
Grimmelikhuijsen S.G. & Welch E.W.	Developing and Testing a Theoretical Framework for Computer-Mediated Transparency of Local Governments	282	2012	Public Administration Review
Bonsón E., Torres L. & Royo S., Flores F.	Local e-government 2.0: Social media and corporate transparency in municipalities	1158	2012	Government Information Quarterly
Grimmelikhuijsen S.	Linking transparency, knowledge and citizen trust in government: An experiment	255	2012	International Review of Administrative Sciences

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

Kim, S. & Lee, J	E-Participation, Transparency, and Trust in Local Government	481	2012	Public Administration Review
Cruz, C. F., de Sousa Ferreira, A. C., da Silva, L. M., & da Silva Macedo, M. Á.	Transparência da Gestão Pública Municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros	284	2012	Revista de Administração Pública

Considerando todos os artigos que compõem o corpus de pesquisa (nacional e internacional), foi feita uma busca no Google Scholar quanto os artigos publicados mais citados, denota um predomínio quase total dos artigos publicados em bases internacionais, com exceção do artigo elegido da base Spell “Transparência da Gestão Pública Municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros”, conforme observa-se na tabela 1. Isso mostra um domínio da literatura internacional para referência na área de transparência pública no mundo.

iii) Variáveis observadas nos estudos

Outra categoria proposta para análise, especificamente quanto aos estudos quantitativos, foi quanto as variáveis mais utilizadas nas pesquisas de transparência na administração pública. Foi categorizado os índices de transparência e de disclosure (Galera, et al., 2014; Martani, Nastiti & Wicaksono, 2014; Pollifroni, 2014; García-Tabuyo, Saez-Martin & Caba-Perez, 2017; Arapis & Reitano, 2018; Moreno-Enguix, Gras-Gil & Henández-Fernández, 2019; Baldissera, et al., 2020). Na grande maioria dos trabalhos do grupo das bases internacionais, que utilizam índices de transparência, tabela 2, a variável é considerada dependente, apenas dois trabalhos utilizaram a transparência como variável explicativa, para tentar verificar a influência da transparência sobre, por exemplo, a corrupção e a prestação de serviços públicos.

Tabela 2 – Principais variáveis de transparência, artigos Scopus e Web Of Science, 2012-2021

Descrição do Indicador	Origem	Autor	Quanto à Iniciativa			Quanto à obrigação			Informação do Indicador				
			P	A	AB	O	V	AB	F	AMB	S	O	AB
Avaliar o grau de cumprimento de	previsão legal	Baldissera, et al., (2020)		x		x			x			x	

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

dispositivos legais quanto à transparência/Checklist que envolve regulamentação LAI, LRF e LT													
Divulgação de informações independentemente de requerimento dos cidadãos/ Informações gerais; receita; despesa; licitações e contratos; relatórios	previsão legal	Baldissera, et al., (2020)		x				x	x				
Divulgação de informações para atender aos requerimentos dos cidadãos (SIC/e-SIC)	previsão legal	Baldissera, et al., (2020)	x			x							x
Divulgação de gastos com servidores	previsão legal	Baldissera, et al., (2020)		x				x	x				
Índice de Disclosure/ foco na divulgação de informações financeiras.	previsão legal	del Rocío Moreno-Enguix, Gras-Gil & Henández-Fernández (2019)		x		x			x				
Índice do Orçamento Aberto (Open Budget Index - OBI)	International Budget Partnership (IBP)	Arapis & Reitano (2018)		x				x	x				
Índice proativo de disclosure de informações/considera as obrigações contidas na LAI	baseado em Rodríguez et al. (2007)	García-Tabuyo, Saez-Martin & Caba-Perez (2017);		x			x						x
Nível de disclosure/lista de verificação de serviços digitais	Garcia-Sanchez et al. (2013)	Martani, Nastiti & Wicaksono (2014)		x				x					x

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

Índice de divulgação de informações econômicas, sociais e ambientais	Não declarado	Galera, et al., (2014)		x				x				x
Avaliação de sites/aspectos tecnológicos e transparência digital	Não declarado	Pollifroni (2014)			x			x				

Onde significam respectivamente, P= passiva; A= ativa; O= obrigatória; V=voluntária; AB= ambas; F= financeiro; AMB= ambiental; S= sustentável; O=operacional

Os índices de transparência e disclosure encontrados foram utilizados em pesquisa no contexto de municípios (Moreno-Enguix, Gras-Gil & Henández-Fernández, 2019; Baldissera, et al., 2020) e governos federais (Arapis & Reitano, 2018; Chen & Neshkova, 2020; Elberry & Goeminne, 2021), geralmente para verificação de disclosure ou transparência digital ou online em sites. Outro ponto identificado é a proposição de índices para verificar a disponibilização de informações ambientais, sendo que alguns pesquisadores também nomeiam de disclosure de sustentabilidade.

Outra perspectiva analisada foi quanto as variáveis explicativas e de controle mais utilizadas nos estudos de transparência no setor público, sendo que as variáveis que mais apareceram estão descritas na tabela 3, sendo as mais utilizadas nível de escolaridade, renda per capita e endividamento, o que denota uma tendência de estudos na área financeira e de disclosure.

Por fim, dos artigos elegidos da base SPELL, quanto as variáveis de transparência há um interesse por transparência fiscal/orçamentária, encontrada em quatro trabalhos. Já quanto as variáveis independentes, algumas recorrentes são as ligadas a situação fiscal dos governos, como endividamento; e socioeconômicas como educação e renda *per capita*, o que vai ao encontro do perfil desses estudos que foram predominantes em avaliação de transparência governamental, principalmente em governos locais.

Tabela 3 – Principais variáveis independentes e de controle, artigos Scopus e Web Of Science, 2012-2021

Variáveis	Descrição da variável	Autor do trabalho	Sinal	Total de repetições
População	Logaritmo natural do número de habitantes do município.	Baldissera, et al., (2020); del Rocío Moreno-Enguix, Gras-Gil & Henández-Fernández (2019)	+	02

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

Renda per capita	Renda per capita: soma dos rendimentos por domicílio dividido pelo número dos seus moradores/Índice GINI: diferença de renda entre os mais ricos para os mais pobres/Representa o grau de concentração de renda.	Baldissera, et al., (2020); Porumbescu, et al., (2017); Porumbescu, (2017)	+	04
Região (REG)/local do governo		Baldissera, et al., (2020); Pollifroni, (2014)	+	02
Endividamento/dívida	1-Avalia o grau de comprometimento das dívidas de determinado ente com terceiros/2-Esta variável mede dívida bruta do governo (como% de PIB)	Baldissera, et al., (2020); del Rocío Moreno-Enguix, Gras-Gil & Henández-Fernández (2019); García-Tabuyo, Saez-Martin & Caba-Perez (2017); Elberry & Goeminne (2021); Arapis & Reitano (2018)	ambígua	04
Indicador de Despesas com Investimento		Baldissera, et al., (2020); del Rocío Moreno-Enguix, Gras-Gil & Henández-Fernández (2019)	+	02
Competição Política	% de assentos obtidos no parlamento pelos governantes	Baldissera, et al., (2020); Arapis & Reitano (2018)	+	02
Índice de Democracia/condições de democracia	Desenvolvido pela Economist Intelligence Unit (Peyton e Belasen2012)	Chen & Neshkova (2020); Arapis & Reitano (2018)	+	02
Índice de Liberdade de Imprensa /Liberdade de	1 - Dadom House - para responder pela independência da mídia nacional de intrusões políticas. O índice cobre a impressão,broadcast e mídia da Internet e varia	Chen & Neshkova (2020); Arapis & Reitano (2018)	+	02

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

informação	de zero (mais grátis) a 100 (menos grátis/2- Índice FOI			
PIB real per capita anual/PIB per capita	1-(por exemplo, Mauro 1995). 2- PIB per capita é interno bruto produto dividido por meio do ano população	Chen & Neshkova (2020); Elberry & Goeminne (2021)	+	02
nível de escolaridade/educação	Nível de educação dos entrevistados (Porumbescu)/ou - media de anos de estudo (Martani)	Chen & Neshkova (2020); Park & Blenkinsopp (2017); Porumbescu, et al., (2017); Porumbescu (2017); Martani, Nastiti & Wicaksono (2014); García-Tabuyo, Saez-Martin & Caba-Perez (2017)	+	05
Controles: Auditoria externa/controle interno		Elberry & Goeminne (2021); del Rocío Moreno-Enguix, Gras-Gil & Henández-Fernández (2019)	+	02
usuários de internet/uso da internet	Número de usuários da Internet em um país/uso de Internet por 100 pessoas	Elberry & Goeminne (2021); Arapis & Reitano (2018)	+	02
ideologia politica	Ideologia política do partido governante do município	del Rocío Moreno-Enguix, Gras-Gil & Henández-Fernández (2019); García-Tabuyo, Saez-Martin & Caba-Perez (2017); Porumbescu (2017)	+	03
Genero	Sexo do prefeito do município.	del Rocío Moreno-Enguix, Gras-Gil & Henández-Fernández (2019); Porumbescu (2017); Park & Blenkinsopp (2017)	+	03
Idade	1- idade do entrevistado	Porumbescu, et al., (2017); Park & Blenkinsopp (2017)		02
Tamanho	tamanho da população - Piotrowski & Bertelli (2010),Garcia-Sanchez et al. (2013)	García-Tabuyo, Saez-Martin & Caba-Perez (2017);); Martani, Nastiti & Wicaksono (2014)	+	02

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

iv) Novas taxonomias de transparência

Da leitura integral dos artigos qualitativos, elegidos das bases SCOPUS e Web Of Science, um ponto de destaque foi a utilização de novas taxonomias para transparência (de Fine Licht, 2019; Coglianese & Lehr, 2019; Molina Rodríguez-Navas, Medranda Morales & Muñoz Lalinde, 2021).

De Fine Licht (2019), em trabalho sobre transparência aplicada à auditoria, com o objetivo de avançar no campo conceitual propôs as classificações de: transparência bruta e transparência refinada, sendo respectivamente, o nível de informação que diz respeito ao funcionamento interno e de resultados dentro de uma organização que permitam uma auditoria eficiente, ou seja, um pré-requisito para a auditoria; já para transparência refinada definiu como o resultado de uma auditoria, com o estabelecimento de condições favoráveis de prestação de contas, ou seja, efeitos da auditoria. Coglianese (2019), por sua vez, em estudo relacional entre transparência e governança algorítmica propõem a classificação em transparência de aquário, quer seja quanto a capacidade do público para se inserir dentro do governo, ver o governo de dentro, e adquirir informações sobre o que os funcionários estão fazendo, inclui acesso público a audiências do governo, registros armazenados em arquivos e materiais disponíveis em computadores do governo, informações sobre o que o governo está fazendo; e transparência fundamentada, que enfatiza a utilidade dessa informação, ou seja, se o governo revela por que ele entrou em ação, a motivação das suas ações.

Por sua vez, Molina Rodríguez-Navas, Medranda Morales & Muñoz Lalinde (2021, p.6-10), em estudo em câmaras municipais sobre transparência relacionada à comunicação institucional, propõem duas classificações, a saber, de princípios da transparência e atributos da informação transparente:

- **Princípios da transparência**
 - Disclosure: os cidadãos têm o direito de saber como as administrações públicas são governados e administrados;
 - Fortalecimento (strengthening): a transparência fortalece o sistema democrático e as instituições que a colocam em prática;
 - Visibilidade: a informação sobre o governo e gestão das instituições é uma prioridade e deve ocupar espaços de publicação proeminentes;
 - Compreensibilidade: informações que não são compreensíveis não são transparentes;
 - Disseminação (dissemination): as informações sobre governança e gestão institucional não devem ser discriminadas por prejudicar quais informações não serão de interesse ou para quem não serão de interesse;
 - Humanismo: a transparência institucional deve tornar visível o pluralismo político e social.
- **Atributos da Informação Transparente**
 - Veracidade: as informações são publicadas na íntegra, sem omitir dados ou informações de uma forma intencional, algo que minaria a base da transparência e a legitimidade da instituição. Isto implica tornar públicas todas as decisões tomadas.
 - Oportunidade: é aquela que é publicada quando é útil para o público e é atualizada sempre que necessário para que os cidadãos possam participar, tendo informações que apoiam opiniões e propostas adequadas à realidade.
 - Acessibilidade: as informações transparentes devem ser facilmente acessíveis e qualquer indivíduo deve ser capaz de acessá-la usando os menus e ferramentas no site em um número limitado de etapas, de forma simples/fácil.



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

- Usabilidade: informações estatísticas e documentais a serem utilizadas por qualquer pessoa ou organização interessadas, devem ser apresentadas em formatos abertos, livres e reutilizáveis, que podem ser facilmente baixados e usado por meio de sistemas operacionais e programas padronizados e comumente usados.
- Inteligibilidade: relacionado ao conteúdo da mensagem, que deve ser preferencialmente com os documentos de origem explicados, aplicando um tratamento jornalístico e lembrando que a melhor forma de levar a informação mais perto do público é na forma de notícias ou mapas, gráficos, infográfico, dentre outros, conforme o conteúdo da informação.
- Universalidade: considera as necessidades que as pessoas podem ter no acesso a informações escritas ou audiovisuais, considerando qualquer tipo de característica social, física ou cognitiva.
- Pluralismo: isso responde à pergunta sobre quem são os sujeitos da informação, considerando que os vários partidos políticos, no governo ou na oposição, têm responsabilidades e, portanto, devem estar sujeitos ao escrutínio público.
- Pluralidade: significa que para a comunidade receptora ser capaz de se apropriar da informação e utilizá-la, deve apresentá-la e questioná-la como ser humano, levando para dentro da diversidade de pessoas que compõem o corpo social e que leem o escrito ou textos audiovisuais, interpretando-os a partir de sua realidade e comparando-os com sua vida, experiência e interesses

Por sua vez os artigos nacionais elegidos da base SPELL também trazem novas taxonomias de transparência, como a transparência na atribuição e gestão do sigilo, proposta por Rodrigues (2020), e que está relacionada ao cumprimento de legislações específica que regram o acesso à informações públicas, o caso da Lei de Acesso à Informação - LAI no Brasil, essa categoria teria restrição simultânea tanto de inferabilidade como visibilidade da informação. Outra tentativa de classificação de transparência é a proposta de França & Moreira (2021,p.1), que defendem que a transparência pública se manifesta em três camadas, a saber: “transparência dos registros, que está associada a informações do passado; transparência das ações, que se relaciona aos fatos presentes; e transparência das intenções, que se refere aos atos futuros”.

Mesmo que essas taxonomias ainda careçam de ser validadas por outros especialistas e trabalhos, a proposição de novas interpretações associadas à contextos específicos como essas suscitadas acima - entre transparência e área como auditoria, comunicação, governança algorítmica – parecem ser um caminho sensato para o fortalecimento do campo de estudos sobre transparência na administração pública.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa permitem uma visão geral dos estudos sobre transparência na administração pública, verificando características da produção científica publicadas em bases internacionais e nacional. O período desta revisão de 2012 a 2021, se adequou a proposta de uma revisão de escopo, por revisar a literatura mais recente, e também permitir a verificação da evolução e alterações de aspectos dos estudos sobre transparência, comparado a outras revisões feitas anteriormente, como exemplo cita-se a atual predominância de estudos quantitativos nos periódicos internacionais e o avanço na proposição de novas taxonomias, tanto na área de contabilidade como de administração.

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

Neste contexto exposto, a pesquisa compilou esses estudos e propôs categorias para análise, como a identificação das principais variáveis de transparência dependentes e as variáveis independentes e de controle que vem sendo mais utilizadas, isso é importante para replicação de estudos em diversos contextos administrativos e tipos de organizações – de esferas de governo, especializadas como o judiciário e o legislativo, dentre outras.

Um olhar geral dos artigos elegidos das bases SCOPUS e Web Of Science comparados aos da base SPELL, é visto por várias facetas como maior variedade dos métodos utilizados, aplicações das pesquisas em uma gama maior de tipos de organizações e até mesmo uma busca por utilizar a transparência como variável de explicação de outros fenômenos como confiança no governo. Os artigos elegidos da base nacional SPELL ainda estão com um foco muito intenso em estudos de governos locais e entes federativos, parece haver indicativos de uma necessidade no Brasil de ampliar o olhar para outros tipos de organizações, como as do poder judiciário, legislativo, autarquias, dentre outras.

Outro ponto que chama atenção é que as pesquisas no Brasil se voltaram para avaliar o cumprimento da LAI, a avaliação da transparência obrigatória, oriunda de lei, denota que os órgãos públicos no Brasil ainda pouco fazem voluntariamente em relação a transparência pública, para efetivação da transparência é preciso que os órgãos públicos tomem as rédeas e vejam a transparência como um meio de melhor atender a sociedade, e esse é outro ponto de pesquisa que precisa ser ampliado, a percepção dos usuários do serviço público quanto a transparência dos órgãos, que a pesquisa científica nas bases internacionais estudadas já estão abordando.

Ainda, a compilação neste trabalho das principais variáveis, dependentes, independentes e de controle, utilizadas contribui, principalmente no cenário nacional a chamar a atenção dos pesquisados para a avaliação de transparência em diversos contextos administrativos e, principalmente numa variedade maior de órgãos públicos, o que poderá contribuir com o avanço dos estudos de transparência no Brasil, bem como avaliar quais os determinantes de transparência pública funciona em cada contexto. Acrescenta-se a necessidade de um olhar também para o usuário do serviço público na avaliação e percepção de transparência, atendendo as necessidades dos cidadãos.

Quanto as novas taxonomias de transparência compiladas neste artigo, contribui para mostrar o avanço da construção do campo da transparência, buscando um detalhamento maior em contextos específicos, como relacionadas a auditoria, governança algorítmica, as relacionadas a Leis de Acesso à Informação e a imposição de sigilo em determinadas informações, dentre outras.

Como limitação, houve uma dificuldade nesta pesquisa de extração dos artigos na base nacional SPELL, visto que só foi possível a consulta por título, já que a base não permite a consulta conjugada ao mesmo tempo por título, resumo e palavras-chave. Outro ponto é que, foi feito o recorte para a seleção dos artigos de periódicos nacionais com Qualis B1 a A1 e de jornais científicos internacionais com JCR igual ou superior a 0,7, assim pelo grande número de artigos encontrados nas bases, principalmente as internacionais, optou-se pelo crivo da avaliação de qualidade dos periódicos em que foram publicados.

REFERÊNCIAS

- Arapis, T., & Reitano, V. (2018). Examining the evolution of cross-national fiscal transparency. *The American Review of Public Administration*, 48(6), 550-564.
<https://doi.org/10.1177/0275074017706740>
- Araújo e Silva, F. D., & Carmo Mário, P. O. U. E. R. I. (2016). Prestação de contas no setor público: qual é o alcance da difusão dos resultados da organização?. *Revista Facultad de*

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

Ciencias Económicas: Investigación y Reflexión, 24(1), 119-133.
<http://dx.doi.org/10.18359/rfce.1625>

- Baldissera, J. F., et. al. (2020). Influence of socio-economic, financial-budgetary and political electoral aspects on the transparency of local governments. *Revista de Administração Pública*, 54, 340-359. <https://doi.org/10.1590/0034-761220190048>
- Chen, C., & Neshkova, M. I. (2020). The effect of fiscal transparency on corruption: A panel cross-country analysis. *Public Administration*, 98(1), 226-243.
<https://doi.org/10.1111/padm.12620>
- Clark, W. C. (2008). Toward a taxonomy of corporate reporting strategies. *The Journal of Business Communication* (1973), 45(3), p. 232-264. 10.1504/IJKL.2006.009677
- Coglianesi, C., & Lehr, D. (2019). Transparency and algorithmic governance. *Admin. L. Rev.*, 71, 1. https://scholarship.law.upenn.edu/faculty_scholarship/2123
- Cooper, H. (2015). Research synthesis and meta-analysis: A step-by-step approach (Vol. 2). Sage publications.
- Cuadrado-Ballesteros, B. (2014). The impact of functional decentralization and externalization on local government transparency. *Government information quarterly*, 31(2), 265-277. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2013.10.012>
- Cucciniello, M., Porumbescu, G. A., & Grimmelikhuijsen, S. (2017). 25 years of transparency research: Evidence and future directions. *Public Administration Review*, 77(1), 32-44.
<https://doi.org/10.1111/puar.12685>
- Coelho, T. R., da Silva, T. A. B., Cunha, M. A., & Teixeira, M. A. C. (2018). Transparência governamental nos estados e grandes municípios brasileiros: uma “dança dos sete véus” incompleta?. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 23(75).
<https://doi.org/10.12660/cgpc.v23n75.73447>
- Cruz, T., Michener, G., & Andretti, B. (2021). Transparência interna: cumprimento e punição no processo orçamentário municipal brasileiro. *Revista de Administração Pública*, 55, 357-377. <https://doi.org/10.1590/0034-761220190362>
- da Cunha, J. A. C., Yokomizo, C. A., & Bonacim, C. A. G. (2013). Miopias de uma lente de aumento: as limitações da análise de documentos no estudo das organizações. *Revista Alcance*, 20(4), 431-446. <https://www.redalyc.org/pdf/4777/477748346002.pdf>
- de Fine Licht, J. (2019). The role of transparency in auditing. *Financial Accountability & Management*, 35(3), 233-245. <https://doi.org/10.1111/faam.12193>
- de Miranda, W. V., & Zaganelli, J. C. (2017). Marco civil da internet e política pública de transparência: uma análise da e-democracia e do compliance público. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, 7(3), 633-646. <https://doi.org/10.5102/rbpp.v7i3.4921>

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

- ElBerry, N. A., & Goeminne, S. (2021). Fiscal transparency, fiscal forecasting and budget credibility in developing countries. *Journal of forecasting*, 40(1), 144-161. <https://doi.org/10.1002/for.2695>
- Galera, A. N., et. al. (2014). Transparency of sustainability information in local governments: English-speaking and Nordic cross-country analysis. *Journal of Cleaner Production*, 64, 495-504. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2013.07.038>
- García-Tabuyo, M., Saez-Martin, A., & Caba-Perez, C. (2017). Proactive disclosure of public information: legislative choice worldwide. *Online Information Review*. Vol. 41 (3), 354-377. <https://doi.org/10.1108/OIR-02-2016-0054>
- Heald, D. A. (2006). Varieties of transparency. In *Transparency: The Key to Better Governance?: Proceedings of the British Academy* 135 (pp. 25-43). Oxford University Press. <http://ukcatalogue.oup.com/product/9780197263839.do>
- Heald, D., & Hodges, R. (2018). Accounting for government guarantees: perspectives on fiscal transparency from four modes of accounting. *Accounting and Business Research*, 48(7), 782-804. <https://doi.org/10.1080/00014788.2018.1428525>
- Keuffer, N., & Mabillard, V. (2020). Administrative openness and diversity in Swiss municipalities: how does local autonomy influence transparency practices?. *International Review of Administrative Sciences*, 86(4), 782-798. <https://doi.org/10.1177/0020852318823278>
- França, F. Í. L., & Moreira, M. F. (2021). Decompondo a Transparência das Organizações Públicas: uma Proposta de Classificação em Três Camadas. *Administração Pública e Gestão Social*, 13(1). <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351564966005>
- Gibbins, M., Richardson, A., & Waterhouse, J. (1990). The management of corporate financial disclosure: opportunism, ritualism, policies, and processes. *Journal of accounting research*, 28(1), 121-143. <https://doi.org/10.2307/2491219>
- Guimarães, E. de M. (2019). A difusão da política de transparência pública no Brasil: a atuação da Controladoria Geral da União no estado do Espírito Santo. Tese (Doutorado em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro). Rio de janeiro, 2019. Disponível em: <https://uenf.br/posgraduacao/sociologia-politica/wp-content/uploads/sites/9/2019/06/Edyvar-Guimar%C3%AAs-Tese.pdf>. Acesso em: 26 maio 2021.
- Grimmelikhuijsen, S. G., & Meijer, A. J. (2014). Effects of transparency on the perceived trustworthiness of a government organization: Evidence from an online experiment. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 24(1), 137-157. <https://doi.org/10.1093/jopart/mus048>
- Lourenço, R. P. (2015). An analysis of open government portals: A perspective of transparency for accountability. *Government information quarterly*, 32(3), 323-332. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2015.05.006>

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

- Luciano, E. M., Wiedenhoft, G. C., & dos Santos, F. P. (2018). Barreiras para a Ampliação de Transparência na Administração Pública Brasileira: Questões estruturais e culturais ou falta de estratégia e governança?. *Administração Pública e Gestão Social*. DOI: 10.21118/apgs.v10i4.2017
- Mabillard, V., Kakpovi, B. G., & Cottier, B. (2020). Access to information in Benin: a case study. *International Review of Administrative Sciences*, 86(1), 134-151. <https://doi.org/10.1177/0020852318762039>
- Martani, D., Nastiti, D., & Wicaksono, P. T. (2014). Disclosure of non-financial information about public services on the official website of local governments in Indonesia. *Journal of Theoretical and Applied Information Technology*, 66(2), 500-512.
- Meijer, A. J., Curtin, D., & Hillebrandt, M. (2012). Open government: connecting vision and voice. *International review of administrative sciences*, 78(1), 10-29. <https://doi.org/10.1177/0020852311429533>
- Michener, G. (2019). Gauging the impact of transparency policies. *Public Administration Review*, 79(1), 136-139. <https://doi.org/10.1111/puar.13011>
- Michener, G., Contreras, E., & Niskier, I. (2018). Da opacidade à transparência? Avaliando a Lei de Acesso à Informação no Brasil cinco anos depois. *Revista de Administração Pública*, 52, 610-629. <https://doi.org/10.1590/0034-761220170289>
- Molina Rodríguez-Navas, P., Medranda Morales, N., & Muñoz Lalinde, J. (2021). Transparency for participation through the communication approach. *ISPRS International Journal of Geo-Information*, 10(9), 586. <https://doi.org/10.3390/ijgi10090586>
- Moreno-Enguix, M.d.R., Gras-Gil, E. and Henández-Fernández, J. (2019), "Relation between internet financial information disclosure and internal control in Spanish local governments", *Aslib Journal of Information Management*, Vol. 71 No. 2, pp. 176-194. <https://doi.org/10.1108/AJIM-06-2018-0150>
- Montañés, S. R., Yetano, A., & García-Lacalle, J. (2020). Financial Transparency in the Web 2.0 Era. An Analysis of the use of Websites and Social Media by Spanish Municipalities. *Revista de contabilidad-Spanish accounting review*, 23(2), 263-276. <https://doi.org/10.6018/rcsar.371951>
- Peters, M. D., Godfrey, C. M., Khalil, H., McInerney, P., Parker, D., & Soares, C. B. (2015). Guidance for conducting systematic scoping reviews. *JBIEvidence Implementation*, 13(3), 141-146. <http://doi.org/10.1097/XEB.0000000000000050>
- Pollifroni, M. (2014). Multidimensional analysis applied to the quality of the websites: some empirical evidences from the Italian public sector. *Economics and Sociology*, Vol. 7 (4), 128-138. 10.14254/2071-789X.2014/7- 4/9
- Porumbescu, G. (2017). Linking transparency to trust in government and voice. *The American Review of Public Administration*, 47(5), 520-537. <https://doi.org/10.1177/0275074015607301>



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

- Prat, A. (2005). The wrong kind of transparency. *American economic review*, 95(3), 862-877.
10.1257/0002828054201297
- Shkolnyk, I. O., Kozmenko, S. M., & Mershchii, B. Y. (2020). Dependence of the state of public finances on their transparency and the level of corruption in a country.
10.14254/2071-789X.2020/13-4/18
- Rodrigues, K. F. (2020). Desvelando o conceito de transparência: seus limites, suas variedades e a criação de uma tipologia. *Cadernos EBAPE. BR*, 18, 237-253.
<https://doi.org/10.1590/1679-395173192>
- Rothberg, D., & Liberato, F. (2013). Comunicação pública, transparência e políticas públicas: avaliação de informações em portais brasileiros de governo.
<http://dx.doi.org/10.5783/RIRP-6-2013-05-69-96>
- Tejedo-Romero, F., & de Araujo, J. F. F. E. (2018). Determinants of local governments' transparency in times of crisis: evidence from municipality-level panel data. *Administration & society*, 50(4), 527-554. 10.1177/0095399715607288, 2015.
- Torres, L., & Garcia-Lacalle, J. (2021). Financial Reporting Quality and Online Disclosure Practices in Spanish Governmental Agencies. *Sustainability*, 13(5), 2437.
<https://doi.org/10.3390/su13052437>
- Zuccolotto, R.; Teixeira, M. A. C., Riccio, E. L. (2015). Transparência: reposicionando o debate. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 12 (25), p. 137-158.
<https://doi.org/10.5007/2175-8069.2015v12n25p137>